

**Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional**

*Mujeres y Educación Popular: diálogos desde una perspectiva feminista interseccional*

Alessandra Bernardes Faria Campos  
**Universidade Federal de Viçosa (UFV)**  
Viçosa-Brasil

Bárbara Ramalho  
**Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**  
Belo Horizonte-Brasil

**Resumo**

Neste artigo, objetivamos identificar e compreender a *práxis* educadora de mulheres nos coletivos de luta que elas integram. Na interface entre Educação Popular, Movimentos Sociais e Pedagogias Feministas, respondemos às seguintes questões: Quais denúncias e anúncios vêm sendo feitos à Educação Popular a partir das mulheres? De quais formas essas denúncias e anúncios são produzidos? Quais seus sentidos político-pedagógicos? A discussão deriva de uma pesquisa de doutorado concluída que mobilizou como estratégias metodológicas a observação participante e entrevistas semiestruturadas, métodos que assumiram configurações específicas no estudo. Os resultados afirmam a ação militante-educadora das interlocutoras do estudo como produção de pedagogias feministas de caráter interseccional, aportando elementos que potencializam a educação popular a partir da luta social.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Mulheres Militantes; Pedagogias Feministas

**Resumen**

En este artículo objetivamos identificar y comprender la *praxis* educativa de las mujeres en los colectivos de lucha de los que forman parte. En la interfaz entre Educación Popular, Movimientos Sociales y Pedagogías Feministas, respondemos las siguientes preguntas: ¿Qué denuncias y anuncios se han hecho a la Educación Popular por parte de las mujeres? ¿Cómo se producen estos informes y anuncios? ¿Cuáles son sus significados político-pedagógicos? La discusión deriva de una investigación doctoral que movilizó observación participante y entrevistas semiestruturadas como estrategias metodológicas, métodos que tomaron configuraciones específicas en el estudio. Los resultados afirman la acción militante-educativa de las interlocutoras del estudio como producción de pedagogías feministas de carácter interseccional aportando elementos que potencian la educación popular basada en la lucha social.

**Palabras clave:** Educación Popular; Mujeres Activistas; Pedagogías Feministas.

## **Introdução**

“Se não fosse o machismo, a gente já teria feito a revolução. Porque a gente gasta muita energia pra combater o machismo todos os dias, o tempo inteiro. E é isso, com nossos companheiros e tal. Então isso aí, para mim, é tipo um cachorro correndo atrás do rabo, sabe. Uma coisa que alimenta a outra. Isso é um enorme desafio!” (Lírio no Círculo de Cultura, jul. 2022, Viçosa).

“O direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar a verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo da mais alta importância no processo de aprendizagem de nossa democracia” (Freire, 2001, p. 59).

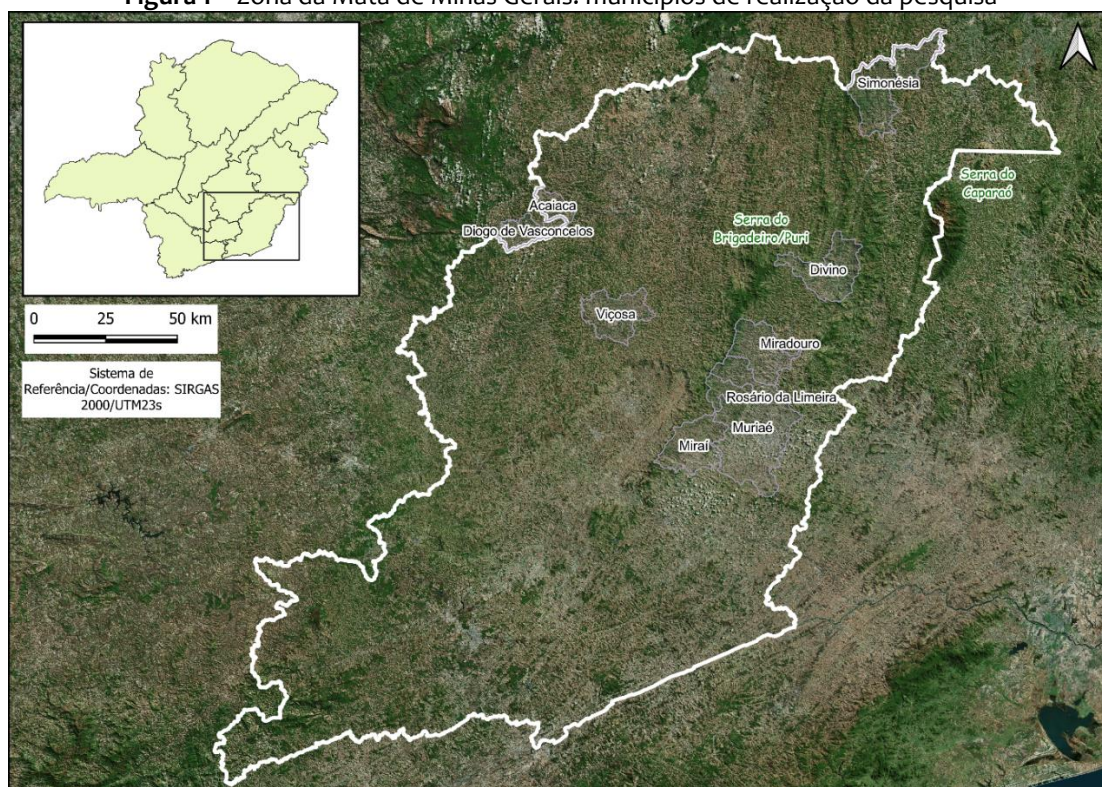
Caminhando com coletivos camponeses há longos anos e tendo, nessa caminhada, a oportunidade de aprender e construir com eles processos educativos referenciados pela Educação Popular, neste texto, derivado de uma investigação de doutorado (Campos, 2023), direcionamos nossa atenção e esforços analíticos para as vozes de mulheres militantes desses grupos. A partir do diálogo com Anirac, Isabel, Lírio, Margarida e Maria<sup>1</sup>, mulheres envolvidas nas lutas quilombolas, nas lutas pela agroecologia e nas lutas contra ameaças ambientais, com destaque para as lutas contra o avanço da mineração e contra o agronegócio, refletimos, sob uma perspectiva feminista interseccional, a respeito da Educação Popular praticada nos e a partir dos grupos dos quais essas mulheres fazem parte e que têm a Zona da Mata mineira enquanto território de vida, reflexão e ação.

Objetivando identificar e compreender a *práxis* educativa (Freire, 1987) produzida pelas mulheres no interior e em diálogo com os coletivos que elas integram, buscamos, aqui, responder às seguintes perguntas: Quais denúncias e anúncios (Freire, 2016) vêm sendo feitos à Educação Popular a partir das presenças e da *práxis* educadora das mulheres nos coletivos populares? De que formas essas denúncias e anúncios são produzidos por elas? Quais os sentidos político-pedagógicos de tais denúncias e anúncios? Perseguindo essas perguntas, nossas reflexões articulam debates que vão desde a Educação Popular e das Pedagogias Feministas às ações e reflexões produzidas pelas mulheres que foram nossas interlocutoras na pesquisa.

Para a produção dos dados aqui metodologicamente apresentados, acompanhamos, de forma sistemática, ao longo de dois anos e sob a perspectiva da observação participante,

as ações militante-educadoras (Campos, 2023) das cinco mulheres mencionadas anteriormente. Essas vivências foram relatadas em cadernos de campo submetidos à apreciação das interlocutoras da investigação, configurando o que denominamos, no âmbito da pesquisa e deste texto, de Relatos Compartilhados. Essa prática objetivou a construção dialógica do conhecimento, colocando nossas percepções e conclusões, como pesquisadoras, em debate, e tensionando relações de poder que atravessam a produção da pesquisa acadêmica (Haraway, 1995). Em uma perspectiva dialógica, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, no formato de Rio da Vida<sup>ii</sup> (Hillenkamp, 2022), e um Círculo de Cultura (Freire, 1983) com todas as mulheres.

**Figura 1** – Zona da Mata de Minas Gerais: municípios de realização da pesquisa



Fonte: IBGE. Elaborado por Gustavo Soares Iorio, Alessandra Bernardes Faria Campos e Caio Bernardes Iorio (2023)

Sobre a Zona da Mata mineira, local de vida e de luta das nossas interlocutoras, pode-se afirmar que a região é marcada pela monocultura do café, prática realizada com uso intensivo de agrotóxicos. O território é atravessado, ainda, pela expansão da atividade mineradora, com foco na exploração da bauxita, mineral do qual se extrai o alumínio. A região, no entanto, é também marcada pela produção de territorialidades de resistências, de vida e de liberdade, que se expressam, dentre outras formas, nas lutas quilombolas, nos

movimentos sociais camponeses que reivindicam e buscam construir um Território Livre de Mineração (Castro *et. al.*, 2020), na forte organização sindical da agricultura familiar, cuja história se alicerça na ação política de setores progressistas da Igreja Católica, e na presença de organizações do campo relacionadas à agroecologia, nas quais as mulheres desenvolvem papéis de extrema importância (Silva, 2020)<sup>iii</sup>.

Nos coletivos populares do campo acompanhados durante a pesquisa, as mulheres estão fortemente presentes, não raro, em maior número, mas, quase sempre, com menor visibilidade e poder de decisão em relação aos homens. Somados a outros elementos que atravessam cotidianamente suas vidas e suas militâncias, diante desse cenário, elas denunciam o sexismo e o racismo presentes na sociedade colonial em que vivemos, bem como no interior das próprias organizações que integram.

Em resposta, essas mulheres criam espaços de diálogos que são férteis ao reconhecimento de si enquanto sujeitos coletivos e, a partir disso, significam e comunicam as especificidades de se constituírem “mulheres de luta”. Elas transformam em agendas ou pautas as lutas das mulheres em movimento, mobilizando a dimensão da interseccionalidade (Crenshaw, 2004) como instrumento de análise da realidade e ação política.

Na expectativa de alcançar o objetivo proposto para este texto, organizamos nossas reflexões em três partes, acrescidas desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, apresentamos a concepção de educação que orienta o debate que propomos e que se localiza na interface dos debates da Educação Popular (Freire, 1983, 1987, 2016; Brandão, 1985), dos Movimentos Sociais (Arroyo, 2003; Gomes, 2017; Walsh, 2017) e das Pedagogias Feministas (Korol, 2007; 2008; Rosa, 2019). Na segunda parte, apresentamos reflexões sobre os processos históricos de silenciamento (Spivak, 2010; Kilomba, 2019) e sobre a relação desses com os marcadores sociais da diferença, em especial gênero, raça e classe. Também discutimos as estratégias de enunciação mobilizadas por sujeitos historicamente silenciados (Freire; Faundez, 1985). Ao final, no último tópico, avançamos no tema das Pedagogias Feministas, ressaltado o lugar central do marcador gênero na militância-educadora das mulheres que, por sua vez, não nega ou rompe com as denúncias de opressões vinculadas à classe e ao pertencimento étnico-racial. Ao contrário, correlaciona e atribui sentido concreto e mobilizador dessas dimensões nas lutas sociais.

### **As mulheres em sua militância-educadora**

A *práxis* das mulheres militantes que participaram do estudo corrobora a compreensão ampliada e politicamente posicionada de educação como preconizada pelo campo da Educação Popular. Como apontam os autores da área (Freire, 1983, 1987, 2016; Brandão, 1985) e evidencia a *práxis* das mulheres, educação não é sinônimo de escola, é parte da vida cotidiana dos seres humanos, produzida na convivência social. Além disso, a educação não é neutra, estando localizada politicamente.

*[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas, nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (Freire, 2015, p. 96, grifo nosso).*

As mulheres participantes da pesquisa se reconhecem e são reconhecidas como educadoras e o fazem sob a percepção do caráter pedagógico das lutas populares (Walsh, 2017). Em sua diversidade e em meio a violências e desigualdades cotidianas que experimentam, produzindo reflexões e práticas para superação das opressões, prerrogativa da Educação Popular (Freire, 1987, 2016), as mulheres educam diversos atores sociais, inclusive elas próprias.

Sob essa perspectiva, como afirma Graziela Rosa (2019, p. 95), conforme buscaremos caracterizar ao longo do texto, nossas interlocutoras “têm, coletivamente, produzido uma pedagogia que é popular e feminista”. Essas pedagogias estão sempre em movimento, engajadas na produção de processos emancipatórios das mulheres e a partir das mulheres. Trata-se de uma prática educativa que é diversa, embora fundamentalmente comprometida com as transformações da atual sociedade sexista, desigual, restritiva, discriminadora, excludente e dominante. Trata-se de uma “pedagogia das oprimidas”, conforme caracterização da autora (Rosa, 2019).

No diálogo com a concepção de educação que operamos, e percebendo as vinculações entre militância e produção de processos educativos, nomeamos as *práxis* educadoras das cinco mulheres participantes da pesquisa como ação militante-educadora (Campos, 2023). Entendemos, assim, que, de um lado, com deliberada intencionalidade pedagógica, as ações militantes dessas mulheres incidem na forma como estamos sendo (Freire, 2016), buscando alterar percepções e posições no mundo junto de grupos de mulheres ou grupos mistos no que tange à representação de gênero, organizações populares (sindicatos, cooperativas,

*Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional*

movimentos, ONGs), universidade, poder público etc. Além disso, compreendemos que, embora dedicadas a encontros comuns das lutas populares – como é o caso da superação do capitalismo –, as ações dessas mulheres são profundamente atravessadas pela luta antipatriarcal (Korol, 2007) e antirracista (Gomes, 2017), revelando, assim, seu caráter interseccional.

Um exemplo da presença educadora das mulheres militantes, nos termos aqui apresentados, aconteceu no I Encontro de Mulheres Quilombolas de Viçosa e Região, em maio de 2022.

*Na ocasião, Anirac, uma mulher preta, jovem e importante liderança quilombola da Zona da Mata, no centro de uma roda com mulheres vindas de diferentes comunidades quilombolas da região, provocou suas interlocutoras a perceberem as violências sofridas como mulheres negras na história da sociedade brasileira. Contando e encenando uma história da escravidão e da constituição dos quilombos, leitura atravessada pelo corte de gênero, ela convida as mulheres a se coletivizar, buscando sua liberdade negada. A despeito da violência constitutiva da história que é contada, o tom de Anirac foi assertivo e irônico. Desse modo, ela criou um espaço que mobilizou e acolheu as mulheres em seus diferentes posicionamentos. Algumas riram e houve quem se negou a assumir as estratégias de resistência apontadas por Anirac. O momento se desdobrou na reflexão coletiva sobre a construção do racismo e sua perpetuação, de forma específica para as mulheres, bem como no anúncio das inúmeras criativas e corajosas formas de resistências à violência e exploração racista, patriarcal, capitalista deste grupo social (Relato compartilhado do I Encontro De Mulheres Quilombolas de Viçosa e Região, mai. 2022, Viçosa).*

Em diálogo com as elaborações sobre o Movimento Negro Educador de Nilma Lino Gomes (2017), Anirac explica o papel educador do Movimento Quilombola. Em um contexto de incipiente organização quilombola na Zona da Mata mineira, a provocação tem por objetivo afirmar a necessidade de o povo quilombola fortalecer sua organização para enfrentar as diversas opressões racistas, sexistas e de classe vivenciadas cotidianamente, como presente nos dolorosos relatos de muitas participantes. Como relatado acima, no movimento do corpo e da voz de Anirac, a Educação Popular ganha outros contornos. O genérico “oprimido”, corporifica-se e ganha sentido para o grupo de mulheres negras e quilombolas que participa da atividade.

**Figura 2** – Participação de Anirac em roda de conversa com mulheres quilombolas

Fonte: Arquivo de Vanessa Maciel Zico (maio de 2022)

Como Anirac nos ajuda a perceber, a *práxis* militante-educadora das mulheres incide tanto nos temas abordados, nos recortes e abordagens realizadas e nas estratégias metodológicas mobilizadas, tema a ser debatido na próxima seção.

### **Rompendo silenciamentos**

O modo de operação colonial (Walsh, 2014) impôs às pessoas racializadas – como negras e indígenas – e generificadas – como as mulheres –, o silêncio. Conforme explicitado por Gayatri Spivak (2010) em *Pode o subalterno falar?*, o colonialismo se vale de práticas sofisticadas de silenciamento que se caracterizam não apenas pela interdição à fala dos sujeitos subalternizados, mas também pela recusa à escuta de suas vozes por aqueles que ocupam posições de legitimidade nos contextos de enunciação. Como explicitado pela autora, se a fala dos subalternizados sofre inequívocas interdições, essa realidade se agrava no caso das subalternizadas, elaboração que ganha contorno e materialidade no relato de Maria:

*Maria: Porque, às vezes, a gente fala, mas não é ouvida. E a nossa voz, não é só a nossa voz, a gente traz também a nossa representação (como uma voz coletiva).*

*Pesquisadora: O que você quer dizer com ‘não ser ouvida’?*

*Maria: Às vezes a gente está num espaço e é a voz do homem que sobrepõe. Você fala a sua opinião e logo em seguida, o homem fala a mesma coisa que você falou. Tipo assim, a sua voz não foi ouvida.*

*Lírio: ...e todo mundo se refere a ele.*

*Maria: Então você tem sempre que estar falado: ‘mas isso eu já falei, foi o que eu falei’ (Círculo de Cultura, jul. 2022, Viçosa).*

Ainda sobre o tema da produção do silêncio, Grada Kilomba (2019) reflete sobre os processos históricos aos quais foram/são submetidos os sujeitos negros. Para debater a imposição do silêncio a esse grupo social, a autora evoca a dolorosa memória da máscara de silenciamento. Oficialmente imposta pelos senhores brancos para evitar que as pessoas escravizadas/os se alimentassem enquanto trabalhavam, a função da máscara, como adverte Kilomba, era também impor a mudez a esse grupo. Embora não mais utilizada, a função da máscara e a imposição do silêncio às pessoas negras permanece vigente em nossa sociedade.

Ainda que corrobore com Spivak (2010) a respeito das interfaces entre fala e escuta, defendendo que “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (Kilomba, 2019, p. 42), em diálogo crítico com esta autora, Kilomba dá acento às comunicações produzidas por esses sujeitos e que não se orientam ou submetem aos espaços legitimados de comunicação. Assim, para Grada Kilomba, mesmo subalternizadas, marginalizadas, oprimidas essas pessoas seguem produzindo suas resistências e, mais do que isso, seguem ecoando seus versos de vida-liberdade, como na poesia de Conceição Evaristo (2017).

Como aspecto constitutivo das trajetórias de vida e de *militância-educadora* das mulheres, o tema do silêncio, do silenciamento, da voz, da escuta apareceram em diversos momentos da pesquisa que realizamos. As militantes demonstram consciência sobre os processos de silenciamento impostos às mulheres e sobre as suas específicas configurações a partir intercessão do gênero, com a identidade racial e com os pertencimentos de classe e território.

Margarida, por exemplo, relatou que, quando começou a participar do movimento sindical, “não sabia falar, não sabia perguntar”. Em outra oportunidade, quando participava do evento *Caravana Feminista e Agroecológica da Zona da Mata*, em julho de 2022, ela relata que o aumento da presença das mulheres nas organizações populares, incentivada por cotas de gênero<sup>iv</sup> a partir da denúncia das desigualdades numéricas da presença de homens e mulheres, incide no desvelamento dos silenciamentos impostos a esse grupo e desencadeia processos educativos, concretizados pela produção da sua voz, que é individual, mas também coletiva: “é com o iniciar das cotas que a gente começa a entender, a ouvir. Em alguns momentos, aprender que a gente tinha que falar...embora nem sempre a gente é ouvida” (Margarida, *Caravana Agroecológica e Feminista da Zona da Mata mineira*, jul. 2022, Muriaé).



Os processos de silenciamento aos quais as mulheres do campo são submetidas também é consciente para Lírio e Isabel, que mobilizam essa compreensão para a sua ação militante-educadora. No projeto de pesquisa desenvolvido por elas, são constantemente mobilizadas metodologias referenciadas pelo feminismo e, nele, pela produção de espaços de fala e escuta de mulheres, respondendo a uma das exigências de uma prática educadora emancipatória, tal como apontam bell hooks (2013) e Paulo Freire (2015). Nas vivências com essas militantes, ouvir pressupõe uma presença de corpo inteiro, com olhares e expressões de respeito e acolhimento, o que não significa concordância total e acrítica com as agricultoras. Como educadoras populares e feministas que são, buscando uma escuta ética, Lírio e Isabel problematizam posições apresentadas por suas interlocutoras quando, por exemplo, naturalizam o sexismo, reproduzem o machismo e/ou eufemizam violências, sobretudo contra as mulheres, ao mesmo tempo em que as apoia na construção de outras percepções e posições.

Quanto à ruptura dos silenciamentos das mulheres, a insistência em falar, como apresenta Conceição Evaristo em seu poema *Vozes mulheres* (Evaristo, 2017), já mencionado anteriormente, é mobilizada pelas mulheres participantes da pesquisa por meio de uma prática dentro dos coletivos que compõem junto de outros atores sociais. Reivindicando a concretização do ato comunicacional, a pergunta é uma importante estratégia mobilizada pelas militantes-educadoras que participaram da pesquisa e tem forte sentido emancipador para as mulheres. Elas produzem, assim, em diálogo com Freire e Faundez (1985), algo que podemos nomear como uma “pedagogia [feminista] da pergunta”.

Como afirmam Freire e Faundez (1985), a pergunta é o princípio de todo conhecimento, ponto de partida, e não de chegada, como na pedagogia da resposta. A pedagogia da pergunta nos leva a estranhar e a questionar o que está dado, a desnaturalizar realidades que vivenciamos. É princípio da invenção e da reinvenção a partir de respostas temporárias que produzem novas e, cada vez mais elaboradas, perguntas, formando cadeias de perguntas e respostas. A pergunta, e as cadeias de perguntas, no sentido construído por esses autores, não se fazem como um jogo intelectualista, mas sim como movimento que permite construir relações dinâmicas, fortes e vivas entre palavra e ação, entre palavra-ação-reflexão (Freire; Faúndez, 1985). São perguntas que articulam curiosidade e compromisso político e que nos indagam sobre a forma como estamos vivendo, como pensamos, sentimos

*Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional* e nos posicionamos. A pergunta tem, portanto, um forte sentido político, diante de um mundo que nos violenta e que deve ser alterado. Como ensinam os autores, em uma perspectiva emancipatória, a pergunta expressa a radicalidade na existência humana e conduz à raiz da transformação do mundo.

Em nossas vivências de pesquisa com as mulheres militantes, em contextos de marcadas colonialidades e suas expressas relações entre poder e saber (Quijano, 2005), observamos que pergunta foi uma estratégia recorrentemente mobilizada para produzir percepções afirmativas das mulheres, como portadoras de conhecimentos e saberes da experiência (Freire, 1987). Saberes esses centrais para a manutenção de uma vida digna e autodeterminada. Nesse sentido, esses saberes têm estreita relação com o trabalho invisibilizado e inferiorizado realizado pelas mulheres (Federici, 2023).

A pergunta foi, por exemplo, o caminho escolhido por Anirac, na roda com as mulheres quilombolas, para provocá-las a reconhecer e elaborar coletivamente as violências que atravessam historicamente as vidas desses sujeitos coletivos. Produzindo novas percepções, a pergunta foi o caminho para provocar novos olhares e posturas, diante de si próprias, afirmando suas identidades negras e quilombolas, bem como afirmando a necessidade de se organizarem politicamente, visando a garantia da efetivação de direitos conquistados por esse grupo social.

Na prática militante-educadora de Lírio e Isabel, a pedagogia feminista da pergunta também se faz fortemente presente. No projeto de pesquisa do qual as militantes participam, elas constantemente dirigem perguntas às agricultoras. São perguntas sobre temas que integram a vivência das mulheres, embora, quase sempre, não refletidos por elas e que, por isso, parecem surpreendê-las. Trata-se de perguntas sobre temas cotidianos, mas, ao mesmo tempo, deslocadoras e desnaturalizadoras de lugares de poder e de desigualdades de gênero, produzindo-se como estratégias de desvelamento e enfrentamento de processos de subalternização das mulheres.

Sobre o tema, importante evidenciar, como nos ensina bell hooks (2013), que quase sempre tais deslocamentos não são fáceis, não devendo, por isso, serem romantizados. Como observamos, a pergunta, ao desvelar desigualdades e violências, pode fomentar conflitos internos e também com pessoas muito próximas. As mulheres participantes da pesquisa relataram, de forma recorrente, conflitos com seus maridos, filhos, companheiros/as de

militância, derivados do seu processo de conscientização e enfrentamento às desigualdades de gênero.

*Margarida segue afirmando um dos espaços de resistência que protagoniza dizendo da importância da construção do protagonismo das mulheres. 'Não é fácil, não é simples, por várias razões... cada mulher tem as suas lutas diárias, seja com marido, seja com filho. Não precisa nem reforçar isso aqui, porque a gente já sabe disso. Mas a gente vai caminhando aos poucos' (Relato compartilhado na Caravana Agroecológica e Feminista da Zona da Mata mineira, jun. 2022, Muriaé).*

Como ação necessária para a superação das opressões no contexto da luta popular camponesa, no fazer da Educação Popular, o desvelamento e o não mais compactuar com atitudes machistas, sexistas e racistas, gera inúmeras tensões, conflitos, raiva, tristeza e angústia. Pedagógica e eticamente, esse trabalho exige das educadoras-militantes a construção de espaços seguros, inclusive para elas próprias, nos quais as pessoas se sintam seguras e sejam acolhidas para dizer sua palavra (hooks, 2013). Como afirma Cláudia Korol (2007), romper silenciamentos e denunciar desigualdades e violências, como parte dos processos emancipatórios, é uma ação radical que requer coragem, sensibilidade e solidariedade entre mulheres, mas também entre elas e seus companheiros de luta.

### **Educadoras populares feministas**

Como temos debatido, concebendo a educação de forma ampla e posicionada, localizamos a ação militante-educadora das mulheres que acompanhamos no campo da Educação Popular e, mais precisamente, no campo das Pedagogias Feministas (Korol, 2007; Rosa, 2019; Paredes; Gusmán, 2014). Assim, se no âmbito da Educação Popular é cara a temática da superação das opressões presentes em uma sociedade de classes (Freire, 1987), nas Pedagogias Feministas, reconhecendo as relações entre as opressões de gênero, raça e classe, há intencionalidade político-pedagógica voltada para a produção de fissuras e rupturas, de forma importante e específica, relativas à opressão patriarcal.

Sobre esse ponto, é importante afirmar que, ainda que ocupem lugares de poder e privilégio que devem ser problematizados e superados, no âmbito das Pedagogias Feministas (Paredes; Gusmán, 2014), os homens não são tomados como inimigos. Tais pedagogias pretendem produzir relações sociais emancipatórias, “vinculando, analisando e problematizando a trajetória histórica do patriarcado e do capitalismo, e o jogo de retroalimentação de ambos os sistemas de dominação: a conjugação do patriarcado com o

*Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional* capitalismo, o eurocentrismo e o racismo” (Korol, 2007, p. 4). Conectando o universal ao particular, ao íntimo, as Pedagogias Feministas se propõem, portanto, a enfrentar a cultura patriarcal e os outros sistemas de opressão aos quais ela se conecta.

As ações militante-educadoras que acompanhamos ao longo da pesquisa dialogam de forma estreita com os debates de Cláudia Korol (2007), Graziela Rosa (2019), Julieta Paredes e Adriana Gusmán (2014) atuando com diferentes grupos e partindo de distintas trajetórias de vida e de luta, identificar e desnaturalizar as opressões que as alcançam é elemento central na *práxis* de todas as interlocutoras do nosso estudo.

Em seu projeto de pesquisa, Lírio e Isabel conduzem a produção de um mapa da propriedade pelas agricultoras, metodologia nomeada etnomapeamento feminista (Hillenkamp, 2022). Nesse processo, são identificados pelas agricultoras os seus espaços de trabalho e vida, bem como a quantidade do trabalho realizado pelas mulheres e pelos homens nesses espaços. Durante o processo deste mapeamento, as agricultoras demonstram tomar consciência das desigualdades cotidianas na divisão do trabalho e da invisibilidade e/ou da inferiorização do trabalho que realizam.

**Figura 3 – Etnomapeamento Feminista**



Fonte: Acervo colaborativo do GENgiBRE (maio de 2022)

Em uma postura de enfrentamento às desigualdades de gênero, Anirac também tensiona narrativas pretensamente universalistas, embora parciais, no que tange às dimensões de gênero no âmbito dos povos quilombolas. Reconhecendo a brutalidade da

escavidão para todas as pessoas escravizadas, a militante realça as violências que incidiram sobre as mulheres, como o abuso sexual e a reiterada interdição do cuidado de seus filhos em razão do condicionamento de seus corpos e tempos aos cuidados das/os filhas/os das/os brancas/os.

Margarida, militante do movimento de enfrentamento à mineração e presidenta de uma importante cooperativa da agricultura familiar, demonstra percepção e descontentamento com a ampla desigualdade no número de pessoas associadas à cooperativa – muito mais homens do que mulheres, como afirma –, o que não corresponde à representação de gênero no trabalho cotidiano no campo. Não perdendo de vista o cuidado com todas as pessoas cooperadas, frente às desigualdades de gênero, Margarida realiza um trabalho intenso de apoio às mulheres na conquista de “um dinheiro para chamar de seu” (Margarida e Maria no Rio da Vida, jul. 2022, Viçosa). Dessa forma, incentiva e apoia as mulheres na produção de pães e quitandas e sua comercialização na feira agroecológica do município em que atua.

Alinhado a esse posicionamento, traço importante da posição e da luta política das mulheres interlocutoras da pesquisa, o autorreconhecimento inequívoco da sua condição e identidade como classe trabalhadora e seu engajamento nas lutas anticapitalistas. Embora todas as militantes que participaram da investigação tenham suas ações atravessadas por seu pertencimento de gênero, por vezes, interseccionado por seu pertencimento étnico-racial, a dimensão de classe é dimensão fundamental para as suas lutas.

Na condição de mulheres trabalhadoras do campo, essas militantes-educadoras se indignam e se engajam nas lutas populares mobilizadas pela sua justa raiva (Freire, 2016). A partir das questões do tempo em que vivem, profundamente enraizadas nas formas como o capitalismo se reproduz nos seus territórios, elas tensionam a inexorabilidade do futuro e o colocam como problema, como possibilidade, como refletido por Paulo Freire (2016). Em meio às contradições, é a partir dessa condição que as mulheres dizem não à ética desumanizadora do mercado e um permanente “sim” à vida (Freire, 2016), como expresso na fala de Maria.

*Estamos na luta a favor da vida, contra a mineração, esse projeto de morte. E a sensibilidade da mulher com essas causas, porque nós temos, na nossa essência o cuidado, a maternidade, o cuidado com a vida. [...] Nós somos muito mais fortes! (Maria no Círculo de Cultura, jul. 2022, Viçosa).<sup>v</sup>*

Sua condição como mulheres, como mulheres do campo ou identificadas com as lutas do campo e, no caso de Anirac, como mulher preta e quilombola, não é contraditória à sua condição de classe. Como expressão do seu engajamento nas lutas anticapitalistas, está a afirmação da Agroecologia, em oposição ao agronegócio e à mineração, como no caso das ações militante-educadoras de Lírio, Isabel, Margarida e Maria. Está também a afirmação da economia solidária e do cooperativismo de base popular, em detrimento dos mercados exploradores, injustos e excludentes, sobretudo das mulheres, das mulheres mães e das mulheres racializadas, por exemplo, como pautas das lutas de Anirac e Margarida.

Em síntese, para as mulheres, sua posição interseccionada pelos marcadores de gênero, de pertencimento socioterritorial, como mulheres do campo e, para uma delas, de identidade racial, acirram ainda mais sua condição como oprimidas no âmbito de uma sociedade capitalista. Mais do que isso, mobilizadas pela batalha simultânea contra todas as opressões (Korol, 2008), os seus pertencimentos potencializam a radicalidade de suas lutas e também o seu papel educador nos coletivos populares que participam.

Conseqüentemente, a luta das mulheres e a construção de espaços autogestionados e específicos – por vezes lidos como desnecessários ou mesmo perigosos, inclusive dentro das organizações que integram – denota seu compromisso e postura radical com a superação das opressões pela via da representatividade e da reparação histórica, e não um posicionamento essencialista, sectário, antidialógico, silenciador e, portanto, opressor, termos debatidos por Paulo Freire (1987) em sua obra *Pedagogia do oprimido*. Ao contrário disso, reconhecer-se como mulher na luta e fortalecer as mulheres na luta, é parte fundamental do fortalecimento dos coletivos que as mulheres participam e, por conseguinte, o fortalecimento das próprias lutas.

### **Considerações finais**

*[...] a gente faz de um jeito diferente e quando a gente vai ver os companheiros organizando reunião e tal, é muito evidente... é o horário que tá bom para eles, independente se você tem filho, marido, gente que você tem que cuidar em casa, se é sábado, se é domingo, se tá recebendo visita... não tem essa lógica nisso, sabe. E a gente pensa em tudo isso para organizar as coisas. É uma outra lógica de pensar. E isso é importante do ponto de vistas estratégico, porque, afinal de contas, quem tá lá na ponta fazendo, colocando o pé no freio mesmo em defesa do território, são as mulheres (Lírio no Círculo de Cultura, jun. 2022, Viçosa).*

*Falando essa questão de mulher, né, aí quando foi no ano passado, o pessoal me indicou... alguns (risos). Aí eu assumi a presidência da cooperativa, o qual não é simples, mas a gente tá lá.' Pergunto por que ela acha que foi indicada para este cargo. Com certa modéstia, mas sabendo da importância de uma postura firme, como mulher, em uma organização majoritariamente composta por homens e um cargo sempre ocupado por homens, responde oscilante: 'Uai, eu acho que era boa!'. Margarida solta boas gargalhadas e todas rimos juntas. Maria apoia: 'pois é, mas é verdade!'. Segue dizendo do seu incômodo no processo de indicação para o cargo, problematizando a postura de um membro da cooperativa, este presidente por 10 anos, que manteve seu próprio nome para seguir ocupando a presidência na ocasião da escolha de Margarida: 'Eu ocupei o cargo por dez anos. Agora vou deixar a Margarida, vou abrir para Margarida'. 'Não deixou não! Isso é ruim. Uma fala muito pesada! Porque ele não deixou. Eu estou ali por merecimento, porque uma assembleia me aprovou. Meu nome foi indicado em assembleia e me aprovou! Então é como assim, 'ela tá porque eu quis'. Essas falas é meio que um trem assim, de machista um pouco, né. Mas são coisas do dia a dia' (Relato compartilhado do Rio da Vida de Margarida e Maria, jul. 2022, Viçosa).*

No presente artigo, apresentamos e refletimos sobre elementos que marcam a presença educadora das mulheres nas organizações populares do campo. A interlocução com Anirac, Isabel, Lírio, Margarida e Maria nos conduziu a uma análise crítica de contextos e práticas que atravessam coletivos de lutas e aprendizados. Assim, ao lado dessas mulheres, pudemos identificar violências e contradições a serem enfrentadas, assim como também práticas de enfrentamento das desigualdades e opressões, que reafirmam e fortalecem o compromisso emancipatório dos coletivos populares e seu papel educador. Esse tem sido um dos papéis desempenhados pelas mulheres militantes nos coletivos populares dos quais fazem parte: denunciar opressões e anunciar caminhos possíveis para sua superação.

Produzidas e produzindo-se mulheres em meio a uma sociedade profundamente desigual e colonial, constituídas por contradições que elas próprias carregam, as mulheres produzem ações ancoradas em seus pertencimentos de gênero, raça, classe e território. São ações educadoras que se expressam em diferentes escalas, com grande potência problematizadora e deslocadora das realidades de opressão, vivenciadas pelas mulheres e pelos coletivos populares de forma mais ampla. Por meio da sua ação militante-educadora, desafiam o patriarcado, o machismo, o racismo e o capitalismo como via única para nossa relação com os territórios, com as pessoas e com o planeta em que vivemos. São processos atravessados por desafios e dores, mas também permeados por relações de cuidado, de afetos, de solidariedade, de respeito, de sentido comunitário e de produção de vida, em um mundo que as violenta a todo momento (Korol, 2008; hooks, 2013; Walsh, 2014).

## *Mulheres e Educação Popular: diálogos a partir de uma perspectiva feminista interseccional*

Refletir sobre a Educação Popular a partir da ação militante-educadora das mulheres traz elementos potentes para identificar e analisar criticamente contradições presentes na Educação Popular em contextos colonizados, bem como para apontar os caminhos construídos, e em construção, e para superar as contradições e opressões que almejamos. Reconhecer a presença das mulheres, como mulheres e em sua diversidade, na produção da Educação Popular a partir da sua militância, bem como reconhecer criticamente suas contribuições, a partir das suas percepções, sensibilidades e saberes é, como vimos, elemento central para o fortalecimento das lutas populares. Essa postura aponta chaves analíticas e formas de mobilização e ação política que fortalecem os processos educativos direcionados à radicalização da luta contra todas as opressões.

O caminhar junto das mulheres da Educação Popular ao longo da pesquisa fomentou reflexões sobre o seu papel educador. Como educadoras populares feministas, as mulheres reafirmaram o caráter pedagógico da militância e assumem a dialogicidade e, portanto, o consenso, mas também o dissenso e o conflito, enquanto componentes basilares de sua prática militante-educadora. Além disso, elas produzem militâncias que educam pelos deslocamentos e desconfortos que geram, assim como também pelos afetos que aportam. Em alguns casos, suas práticas fazem do abraço, do toque, da escuta e da fala, um ato político, de acolhimento, de solidariedade e de emancipação (Korol, 2007).

Como nos excertos apresentados no início deste tópico, não raro, a presença, consciente e posicionada diante das violências e desigualdades de gênero, das mulheres na militância camponesa, é, para muitos, incômoda. Elas são frequentemente constrangidas por uma série de mecanismos de silenciamento e invisibilização, inclusive, em alguns casos, engendrados pelos próprios companheiros de luta. No entanto, as mulheres seguem se afirmando como portadoras e semeadoras de sementes de esperança, desafiando processos de subalternização historicamente impostos a elas e aos coletivos populares que integram. Dessa maneira, elas desempenham um papel fundamental na produção de processos educativos para o avanço das lutas populares, elaborando coletivamente, como sintetiza Claudia Korol (2007), ferramentas e caminhos para a construção de relações sociais emancipatórias; uma emancipação integral, complexa, dialética, alegre, colorida, diversa, ruidosa, desafiante, libertária, ética, insubmissa, rebelde, pessoal, coletiva e solidária.



## Referências

- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. **Sementes de esperança: militâncias-educadoras de mulheres do campo e a produção de territorialidades de vida e resistências na Zona da Mata mineira**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.
- CASTRO, Gisele. Ferreira.; IORIO, Gustavo Soares; SIVA, Jean Carlos Martins; MAGNO, Lucas; SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães de. Luta e resistência em busca de um território livre de mineração: relato sobre o enfrentamento à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro (MG). In: SILVA, Murilo da Silva Alves; CARNEIRO, Karine Gonçalves Carneiro; SOUZA, Tatiana Ribeiro de Souza; TROCATE, Charles; ZONTA, Márcio. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 321-350.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: Raça e Gênero**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Elefante, 2023.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HILLENKAMP, Isabelle (org.). **Guia metodológico – Projeto GENgIBRe**. Disponível em: <https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico>. Acesso em: 20 jul. 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOROL, Claudia. La educación como práctica de la libertad. Nuevas lecturas posibles. In: KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista**. [S.l.]: El Colectivo; América Libre, 2007. p. 9-22.

KOROL, Claudia. Una perspectiva feminista en la formación de los movimientos populares: la batalla simultánea contra todas las opresiones. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 13, n. 31, p. 27-38, 2008.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. **¿Qué es el feminismo comunitario?** La Paz (Bolívia): Comunidade Mujeres Creando Comunidad, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

ROSA, Graziela Rinaldi. Pedagogias Populares Feministas latino-americanas: legados feministas para a Educação Popular. In: SILVA, Márcia Alves da Silva; ROSA, Graziela Rinaldi. **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 94-117.

SILVA, Marcio Gomes da. **Pedagogia do Movimento Agroecológico: fundamentos teóricometodológicos**. 2020. 197 Fls. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Gritos, grietas y siembras de vida: Entretejeres de lo pedagógico y lo decolonial. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito (Equador): Catherine Walsh Editora, 2017. p. 17-48.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial: entrejendo caminos**. Querétaro-México: Colectivo Zapateándole al mal Gobierno, 2014.

## Notas

---

<sup>i</sup> Estes são nomes fictícios e foram escolhidos pelas participantes da investigação da qual apresentamos parte dos resultados neste artigo. Sobre a investigação, trata-se de um estudo em nível de doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP). A pesquisa foi financiada pela CAPES e registrada na Plataforma Brasil, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) desta universidade. O texto completo da tese está disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/18103>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

<sup>ii</sup> Metodologia inspirada na linha do tempo produzida por feministas estadunidenses. O Rio da Vida tem por objetivo reconstruir, coletivamente, percursos de uma dada realidade, recordando, revelando e elaborando momentos e acontecimentos marcantes.

<sup>iii</sup> Esta história de organização popular camponesa levou ao reconhecimento da Zona da Mata mineira como primeiro Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Brasil, instituída pela Lei Estadual nº23207 de 2018, processo que teve decisiva participação das mulheres.

<sup>iv</sup> A partir dos anos 1990 e 2000, as organizações estrangeiras que atuam com financiamento de projetos na região, começam a incorporar o enfoque de gênero, promovendo ações de inclusão produtiva de mulheres, bem como ampliar seus espaços de participação política. Tal presença junto de organizações não governamentais da Zona da Mata, influenciam o movimento sindical, que passa a estabelecer cotas para mulheres no quadro das suas organizações (Silva, 2020).

<sup>v</sup> Nesta fala, Maria reproduz uma percepção bastante essencializada do que é ser mulher, como aquela que tem propensão natural ao trabalho de cuidados. No Círculo de Cultura no qual Maria fez esta fala, ela foi interpelada em vários momentos por Isabel e Lírio, debate educativo produzido no contexto da pesquisa.

## **Sobre as autoras**

### **Alessandra Bernardes Faria Campos**

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (PPGE/UFV), Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP), membro do ECOA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/DPE/UFV) e do TEIA – Territórios Educação Integral e Cidadania (TEIA/FaE/UFMG). Pesquisadora no Projeto GENgiBRe – Relação com a natureza e igualdade de gênero: uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil. Pesquisa e publica na área da educação, atuando com os seguintes temas: mulheres e Educação Popular; Pedagogias Feministas; movimentos sociais e educação; conflitos ambientais, mulheres e educação. E-mail: [ale.bernardescampos@gmail.com](mailto:ale.bernardescampos@gmail.com). Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-7063-539X>.

### **Bárbara Ramalho**

Professora do Departamento de Administração Escolar (DAE/FaE/UFMG), do Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI) e do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social na linha de pesquisa “Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas”. Pesquisa e publica na área de educação, atuando principalmente nos seguintes temas: perspectivas anticoloniais em diálogo com a educação; desigualdades sociais e desigualdades escolares; educação (em tempo) integral. Coordenadora do núcleo de ensino, pesquisa e extensão Territórios Educação Integral e Cidadania (TEIA) da FaE/UFMG. E-mail: [bbramalho@gmail.com](mailto:bbramalho@gmail.com). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5679-4004>.

Recebido em: 11/05/2024

Aceito para publicação em: 13/05/2024